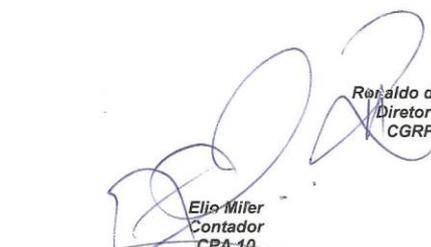


CONVOCAÇÃO

O Presidente do Comitê de Investimento do SANTAFÉPREV – Instituto Municipal de Previdência Social de Santa Fé do Sul, com base no Artigo 110 da Lei Municipal nº 3.104 de 14/08/2013, **CONVOCA**, para Dia 18/02/2015, às 14h00, na Sala de Reuniões do SANTAFÉPREV, sito a Rua 07, nº 1.167 – Centro, nesta de Santa fé do Sul, os membros do Comitê de Investimento, para discutir a seguinte pauta:

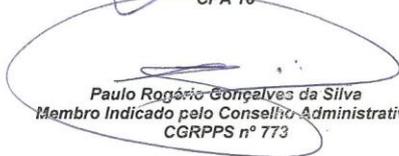
- 1- Posição das Aplicações Financeiras Janeiro/2015;
- 2- Credenciamento das Instituições Financeiras;
- 3- Aplicação Fundo junto Banco do Brasil;
- 4- Aplicação do saldo em conta corrente;
- 5- Resgate para Pagamentos de Folha de Pagamento e Despesas Administrativa; e
- 6- Outros assuntos conforme ata.

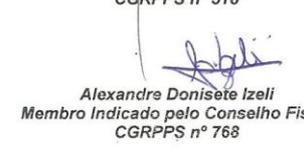
Estância Turística de Santa Fé do Sul, 12 de Fevereiro de 2015.


Ronaldo da Silva Salvini
Diretor Presidente
CGRPPS nº 519


Elijo Miller
Contador
CPA-10


Lúria Medeiros de Souza Clementino
Diretora Financeira
CGRPPS nº 518


Paulo Rogério Gonçalves da Silva
Membro Indicado pelo Conselho Administrativo
CGRPPS nº 773


Alexandra Donisete Izeli
Membro Indicado pelo Conselho Fiscal
CGRPPS nº 768

e-mail: santafeprev@santafeprev.com.br

Rua Sete nº 1167 - Centro - Fone/Fax (17) 3631-3468
CEP 15775-000 - ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SANTA FÉ DO SUL/SP

ATA DA VIGÉSSIMA TERCEIRA REUNIÃO ORDINÁRIA DO COMITÊ DE INVESTIMENTO DO SANTAFÉPREV, REALIZADA EM 18 DE FEVEREIRO DE 2015.

Aos (18) dezoito dias do mês de Fevereiro de 2015, na Sala do SANTAFÉPREV, com início às 14h00, reuniram-se os membros do Comitê de Investimento do Instituto Municipal de Previdência Social – SANTAFÉPREV. Estavam presentes os seguintes membros: Ronaldo da Silva Salvini, Elio Miler, Laurie Medeiros de Souza Clementino, Paulo Rogério Gonçalves da Silva e Alexandre Donisete Izeli. Da pauta da ordem do dia, tempestivamente comunica aos senhores membros, contavam os seguintes assuntos a serem analisados: **1 - Posição das Aplicações Financeiras Janeiro/2015; 2 - Credenciamento das Instituições Financeiras; 3 - Aplicação Fundo junto Banco do Brasil; 4- Aplicação do saldo em conta corrente; 5 - Resgate para Pagamentos de Folha de Pagamento e Despesas Administrativa; e 6 - Outros assuntos conforme ata.** Tomando o uso da palavra o Sr. Ronaldo da Silva Salvini, iniciou apresentando a pauta do dia na referida seqüência: **Item 1** – Fechamos o mês de Janeiro/2015, com saldo geral de R\$ 23.139.571,80 (vinte e três milhões, cento e trinta e nove mil, quinhentos e setenta e um reais e oitenta centavos). **Item 2** – Até o presente momento foram entregues os CDs contendo toda documentação para Credenciamento de Instituições Financeiras, referente ao Edital de Credenciamento nº 001/2014 – Exercício 2015, as Instituições: Banco do Brasil, Banco Bradesco e Banco J. Safra. Analisado toda documentação digital, os mesmos encontram-se aptos a receberem recursos do SANTAFÉPREV. **Item 3** – No dia 06/02/2014, recebemos a visita do Sr. Juliano (Representante da Superintendência do Banco do Brasil de Votuporanga) apresentando o Fundo BB Previdenciário RF IRF-M1 TP, CNPJ nº 11.328.882/0001-35, onde foi entregue no ato cópia do regulamento e demais informações. Na oportunidade foi discutido e agora segue aprovado que será solicitado o resgate total do Fundo BRADESCO FUNDO DE INVESTIMENTO RF IRF-M1 TP, CNPJ nº 11.484.558/0001-06, no valor aproximado de R\$ 289.000,00 (duzentos e oitenta e nove mil reais) e Rendimentos do Fundo BB PREVIDENCIÁRIO TP IPCA II, no valor de R\$ 17.630,00 (dezessete mil e seiscentos e trinta reais), e mais o Saldo em Conta Corrente junto a Caixa Econômica Federal no valor de R\$ 547.635,75 (quinhentos e quarenta e sete mil, seiscentos e trinta e cinco reais e setenta e cinco centavos) que serão aplicados no Fundo BB Previdenciário RF IRF-M1 TP, CNPJ nº 11.328.882/0001-35. **Item 4** - O saldo em conta corrente no Santander no valor de R\$ 205.000,00 (duzentos e cinco mil reais), deverá ser aplicado no FUNDO DE INVESTIMENTO CORPORATE REFERENCIADO EM DI, CNPJ nº 03.069.104/0001-40. **Item 5**– Para pagamento da Folha de Fevereiro/15 e as despesas administrativas, será resgatado toda aplicação no Fundo SAFRA EXECUTIVE 2 FI RF, CNPJ Nº 10.787.647/0001-69 e o restante será complementado com saldo em conta corrente do Banco Santander e dos recursos aplicados no FUNDO DE INVESTIMENTO CORPORATE REFERENCIADO EM DI, CNPJ nº 03.069.104/0001-40. **Item 5**– Analisando o cenário econômico atual, onde o Governo Federal esta reajustando a Economia Brasileira, a tendência deste comitê será o de perfil conservador, ou seja, alocar os recursos financeiros até os seguintes percentuais nos fundos: SELIC/CDI (art. 7º, IV) até 30%, IRF-M1 (art. 7º, I, b) até 35% e IMA-B5 (art. 7º, I, b) até 35%. O saldo mensal (Receitas menos Despesas) deverão ser aplicados no Fundo BB Previdenciário RF IRF-M1 TP, CNPJ nº 11.328.882/0001-35, os recursos que

e-mail: santafeprev@santafeprev.com.br

Rua Sete nº 1167 - Centro - Fone/Fax (17) 3631-3468

CEP 15775-000 - ESTÂNCIA TURÍSTICA DE SANTA FÉ DO SUL/SP

serão utilizados para pagamentos de despesas, deverão ser aplicados no FUNDO DE INVESTIMENTO CORPORATE REFERENCIADO EM DI, CNPJ nº 03.069.104/0001-40. Para conhecimento de todos apresento as matérias: Onde Investir em 2015 (Folhainvest – Folha de São Paulo – 05/01/2015), Comentário Janeiro 2015 (Di Blasi Consultoria Financeira), Títulos Públicos terão novos nomes a partir de fevereiro para facilitar entendimento (Valor Econômico – Janeiro/15). Informo que será enviado a RISKOFFICE o referido fundo do Banco do Brasil para análise, mas podemos adiantar que o Fundo BB Previdenciário RF IRF-M1 TP, CNPJ nº 11.328.882/0001-35, é 100% Títulos Públicos, com taxa de administração de 0,30%. A referida consulta fará parte da pasta de aplicação.



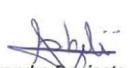
Ronaldo da Silva Salvini
Diretor Presidente
CGRPPS nº 519

Elio Miler
Contador
CPA 10

Laurie Medeiros de Souza Clementino
Diretora Financeira
CGRPPS nº 518



Paulo Rogério Gonçalves da Silva
Membro Indicado pelo Conselho Administrativo
CGRPPS nº 773



Alexandre Dorisete Izeli
Membro Indicado pelo Conselho Fiscal
CGRPPS nº 768

DENOMINAÇÃO DO FUNDO		INICIO APLICAÇÃO		RESGATE		DEZEMBRO		%	
RENTA FIXA - ART. 7º - INCISO I, "B" - LIMITE DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS: 100% - LIMITE POLITICA DE INVESTIMENTO: 80%		08/09/2013		D+1		287.997,30		2,47	
BRADESCO FUNDO DE INVESTIMENTO RF IRF-M 1 TP		11.484.558/0001-06		D+1		633.921,21		5,44	
BB PREVIDENCIÁRIO TP IPCA II		11/02/2014		D+1		4.177.742,11		35,86	
FI CAIXA BRASIL IRFEM 1 TP RF		06/02/2014		D+1		6.449.427,62		55,36	
FUNDO DE INVESTIMENTO CAIXA BRASIL IMA-B 5 TP RF LP		20/05/2013		D+1		101.162,53		0,87	
SANTANDER (RESERVA TAXA ADMINISTRATIVA)		02/10/2011		D+1		11.660.280,77		100,00	
RENTA FIXA - ART. 7º - INCISO III - LIMITE DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS: 80% - LIMITE POLITICA DE INVESTIMENTO: 15%		SUB-TOTAL							
SAFRA EXECUTIVE 2 FI RENDA FIXA		29/11/2013		D+0		338.160,79		29,69	
FUNDO DE INVESTIMENTO DIFERENCIAL RF LP		14/12/2011		D+730		800.886,01		70,31	
RENTA FIXA - ART. 7º - INCISO IV - LIMITE DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS: 30% - LIMITE POLITICA DE INVESTIMENTO: 30%		SUB-TOTAL							
SANTANDER FI EM COTAS DE FUNDOS DE INVESTIMENTO CORPORATE REF. DI		23/09/2013		D+0		80.111,26		2,00	
BRADESCO FI REFERENCIADO DI FEDERAL EXTRA		17/01/2014		D+1		810.268,56		26,02	
FUNDO DE INVESTIMENTO CAIXA BRASIL TP RF LP		20/06/2013		D+1		3.113.708,65		77,76	
RENTA FIXA - ART. 7º - INCISO VI - LIMITE DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS: 15% - LIMITE POLITICA DE INVESTIMENTO: 6%		SUB-TOTAL							
QT FIDC JUROS REAL		29/04/2011		D+540		1.604.857,95		100,00	
RENTA FIXA - ART. 7º - INCISO VII, "A" - LIMITE DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS: 5% - LIMITE POLITICA DE INVESTIMENTO: 3%		SUB-TOTAL							
FIDC TREDBANK BANCO DE FOMENTO MULTISECTORIAL		02/05/2011		2019		21.298,95		100,00	
RENTA VARIÁVEL - ART. 8º - INCISO III - LIMITE DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS: 15% - LIMITE POLITICA DE INVESTIMENTO: 6%		SUB-TOTAL							
J. MALICELLI SMALL CAPS FUNDO DE INVESTIMENTO EM AÇÕES		03/02/2011		D+4		191.485,13		0,83	
RENTA VARIÁVEL - ART. 8º - INCISO IV - LIMITE DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS: 5% - LIMITE POLITICA DE INVESTIMENTO: 5%		SUB-TOTAL							
FUNDO DE INVESTIMENTO MULTIMERCADO FFI LONGO PRAZO (INCORPORADO FUNDO ROMA)		14/12/2010		D+1440		3.661.002,08		100,00	
RENTA VARIÁVEL - ART. 8º - INCISO V - LIMITE DE ALOCAÇÃO DE RECURSOS: 5% - LIMITE POLITICA DE INVESTIMENTO: 5%		SUB-TOTAL							
FOCO CONQUEST FFI		29/11/2011		2017		854.740,82		100,00	
TOTAL RENDA VARIÁVEL						4.707.238,03		20,34	
SALDO CONTA CORRENTE						12.792,83		0,06	
TOTAL GERAL						23.138.571,60		100,00	

POSIÇÃO APLICAÇÕES FINANCEIRAS - JANEIRO 2016

Handwritten signatures and initials, including a large signature at the bottom left and initials "78" and "120" on the right side.

“ Os analistas de mercado ainda tentam projetar o tamanho e a duração dessa alta de juros que o Banco Central fará. Alguns veem até maio de 2015, outros veem além disso. É preciso dimensionar para fazer as apostas corretas ”

ALINE SUN
executiva da Guide Investimentos

...onde investir EM 2015

“ Muitas corretoras não cobram taxa de administração e o investidor deve arcar apenas com a taxa de custódia, que é de 0,3%; é difícil conseguir uma taxa de administração de fundo nesse nível em um banco ”

AMERSON MAGALHÃES
diretor da corretora Easyinvest

Inflação elevada deve corroyer ganhos em 2015

DE SÃO PAULO

A inflação deve continuar elevada, especialmente no início deste ano, devido à série de reajustes “repressados” de energia, água e combustíveis.

O cenário tem tudo para corroyer os ganhos dos investidores, por exemplo, na caderneta de poupança e nos fundos de investimento com taxas elevadas de administração.

O investidor que deseja manter o poder de compra pode adquirir NTN-B (Notas do Tesouro Nacional - Série B), que remunera a inflação pelo IPCA (Índice oficial) mais juros prefixados. “Com esse título, o investidor determina qual será seu ganho real com a aplicação”, diz Amerson Magalhães, diretor da corretora Easyinvest.

Mas é preciso ter planejamento para evitar o risco de resgatar o título antes do vencimento com um valor inferior ao aplicado. Foi o que aconteceu no ano passado e em 2013, quando o Banco Central elevou substancialmente os juros.

Nesses momentos, os títulos são “remarcados” com desconto (a chamada marcação a mercado) para compensar os juros maiores do mercado.

Na renda fixa privada, existem títulos de infraestrutura incentivados, que costumam pagar IPCA mais juros. O risco é de a obra atrasar ou dar errado. Esse título tem isenção de imposto de Renda.

DANIELLE BRANT
DE SÃO PAULO

Diante da perspectiva de mais um ano de crescimento fraco e de inflação elevada, a recomendação é que o pequeno investidor tome cuidado ao escolher as aplicações e busque refúgio na renda fixa.

A orientação se baseia nos prováveis novos aumentos da taxa básica de juros (Selic) esperados para o primeiro semestre. Hoje, a Selic está em 11,75% ao ano.

“Os analistas de mercado ainda tentam projetar o tamanho dessa alta e o período durante o qual o Banco Central vai adotar essa política. Alguns veem até maio de 2015, outros veem além disso. É preciso dimensionar para fazer as apostas corretas”, afirma Aline Sun, executiva da Guide Investimentos, corretora do banco Indusval.

A previsão do mercado, segundo o boletim Focus do BC, que a taxa básica Selic encerre 2015 em 12,5% ao ano.

Alta de juros favorece as aplicações conservadoras, como fundos DI e títulos pós-fixados

Com isso, papéis pós-fixados, que têm o retorno atrelado à Selic ou ao CDI (Certificado de Depósito Interbancário), ganham destaque.

E o caso das LFT (Letras Financeiras do Tesouro), vendidas no site do Tesouro Direto, que acompanham a variação do juro básico. Outra opção com característica parecida são os fundos DI, que investem em LFT ou em títulos pós-fixados de empresas.

Há ainda os títulos prefixados, que têm uma taxa estabelecida, como as LTN (Letras do Tesouro Nacional) e NTN (Notas do Tesouro Nacional). Esses títulos pagam um pouco mais do que os pós-fixados para compensar o risco de flutuação das taxas, especialmente de um aumento de juros além do esperado.

Por exemplo, se os juros forem para 13%, os títulos prefixados com taxas inferiores a isso serão vendidos com desconto (a chamada marcação a mercado) para compensar os juros defasados.

Para Amerson Magalhães, diretor da corretora Easyinvest, o investimento em fundos DI é válido para diversificação, mas, se o objetivo for somente acompanhar o aumento dos juros, seria mais vantajoso comprar LFT, que tem custos mais baixos do que os do fundo.

“Muitas corretoras não cobram taxa de administração, então o investidor deve arcar apenas com a taxa de custódia, que é de 0,3% ao ano sobre o valor dos títulos. É difícil conseguir uma taxa de administração de fundo nesse nível em um banco”, disse.

O imposto de Renda é igual nas duas aplicações: começa em 22,5% ao ano e vai caindo até atingir 15% ao ano.

PÓS-FIXADOS

Papéis pós-fixados emitidos por instituições financeiras também são uma alternativa. Entre as opções estão CDBs (Certificados de Depósitos Bancários) e as letras de crédito imobiliário (LCI) e do agronegócio (LCA).

Os dois remuneram um percentual do CDI, mas a diferença é que as LCI e as LCA são isentas de IR, o que aumenta a rentabilidade final.

No entanto, o investidor que precisar resgatar o dinheiro antes do vencimento deve optar pelos CDBs. “As letras de crédito têm liquidez reduzida”, disse Fausto Curadi, professor da Uniassevi, de Santa Catarina.

Economia fraca desafia aplicação em renda variável

DE SÃO PAULO

A baixa no preço das ações cria oportunidades de investimento na Bolsa. No entanto, a previsão é de mais um ano instável, agora devido ao baixo crescimento da economia, aos ajustes que a nova equipe econômica fará e a mais uma rodada de aumento nas taxas de juros.

Segundo Fausto Curadi, professor da Uniassevi, de Santa Catarina, “quando o governo sinaliza que vai aumentar os juros, cria um problema no mercado de capitais, pois a Bolsa deixa de ser atrativa, já que os títulos públicos têm remuneração alta”.

Há, no entanto, oportunidades para quem ganhar. afirma Raymundo Magliano Neto, presidente da Magliano Corretora. “Os bancos e o setor de educação vão bem. O consumo será afetado, e, assim, as empresas de varejo podem sofrer. As exportadoras podem se beneficiar com a desvalorização do real”.

Quem quer manter uma parcela de investimento na Bolsa pode optar pelos fundos de ações que não acompanham um índice. É uma opção interessante quando se lembra que o Ibovespa, principal indicador do mercado de ações, recuou 2,9% em 2014.

Os fundos imobiliários também tiveram um ano ruim, com queda de 2,8% no IFIX, índice que reúne os fundos imobiliários negociados na Bolsa.

SIMULAÇÃO

Considerando uma aplicação única de R\$ 10.000 por 365 dias

DADOS CONSIDERADOS NO CÁLCULO	
INFLAÇÃO: 6,62% ao ano	TAXA DE ADMINISTRAÇÃO DO FUNDO DE: 1,5%
SELIC MÉDIA: 12,47% ao ano	ALÍQUOTA DO IR: 17,5%
CDI: 11,31% ao ano	
CDI: 9,0% do CDI	

Rendimento das aplicações após taxas e incidência de IR (quando houver), em % ao ano	Total resgatado após 365 dias, em R\$
Poupança 7,06	10.706,46
Fundo DI 8,8	10.880,56
CDB 9,09	10.909,89
LFT 9,97	10.997,79
LCI/LCA 11,02	11.102,90

Fonte: Anbima, Economatica e Suny (Dados) (Simulação) | Mai 2014 | **Estimativa

RANKING DOS INVESTIMENTOS*

Dólar e ouro lideram aplicações em 2014

	Retorno em dezembro, em %	Retorno no ano, em %
Fundos cambiais	4,74	11,76
Ouro	4,21	12,04
Fundos de renda fixa	0,66	9,37
Fundos DI	0,88	8,99
Poupança	0,61	7,08
Fundos de ações livre	-4,64	-0,86
Dólar	2,89	12,17
Ibovespa	-8,62	-2,91
IFCA**	0,79	6,38

Ano novo Tempo de começar novas aventuras

Viaje o mundo com nossas tarifas especiais. Oferta válida até 16 de janeiro de 2015.

Aviões e passagens em aeroportos selecionados • Até 9.000 canais de entretenimento

Reserva até 16 de janeiro de 2015. As tarifas apresentadas são válidas de 16 de janeiro a 16 de maio de 2015 para embarques entre 01 de fevereiro a 31 de junho de 2015. Para mais informações acesse emirates.com.br ou ligue 011 8628-6555.

NOVO JANEIRO	CLASSE ECONÔMICA A PARTIR DE:	CLASSE EXECUTIVA A PARTIR DE:
Oriente Médio & Golfo Árabe	R\$ 2.510,00	R\$ 19.120,00
Oeste da Ásia & Oceano Índico	R\$ 2.411,00	R\$ 14.410,00
Extremo Oriente	R\$ 2.617,00	R\$ 13.850,00

SÃO PAULO	CLASSE ECONÔMICA A PARTIR DE:	CLASSE EXECUTIVA A PARTIR DE:
Oriente Médio & Golfo Árabe	R\$ 2.336,00	R\$ 13.480,00
Oeste da Ásia & Oceano Índico	R\$ 2.232,00	R\$ 12.730,00
Extremo Oriente	R\$ 2.439,00	R\$ 12.920,00

*Preço médio total, de taxas.

[Handwritten signatures and scribbles]

Prezados,

No apagar das luzes de 2014, o Conselho Monetário Nacional editou a Resolução CMN 4.392 modificando e complementando alguns pontos da Resolução CMN 3922/10. O novo texto traz alterações pontuais:

- a) Fundos de investimentos em situação de desenquadramento, com flexibilização dos casos de infringência dos limites para fins do CRP;
- b) Novas regras, válidas para novas aplicações efetuadas em 2015, quanto ao limite de aplicações em FIDC - Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios;
- c) Permissão para aplicação em letras imobiliárias garantidas.

O ano de 2015 teve início com uma série de medidas no campo econômico, notadamente em busca do ajuste de contas e equilíbrio fiscal. Governo Federal gastou muito nos anos anteriores e precisa ajustar as contas públicas.

O cenário neste mês de janeiro se confirmou: pressão inflacionária, taxa de juro SELIC elevada e baixo crescimento serão os desafios para 2015.

Conforme havíamos informado anteriormente, devemos ter um ano de volatilidade para os investimentos. O mês de janeiro apresentou bons rendimentos para os fundos de renda fixa, refletindo as medidas de contenção de gastos anunciadas pelo ministro Joaquim Levy. Assim, a alocação dos recursos permanece com o mesmo direcionamento:

a) RENDA FIXA: deve estar centrada **TÍTULOS PÚBLICOS FEDERAIS** em três indexadores: **IMA-B** (contra a inflação); **SELIC/CDI** (contra os juros elevados) e **IRF-M 1** (proteção da carteira).

b) RENDA VARIÁVEL (AÇÕES): a combinação mais competitiva tende a ser fundos de **VALOR** e fundos de **DIVIDENDOS**.

Ao longo do ano faremos monitoramento de acordo com o desempenho dos indicadores econômicos, com possibilidade de pequenos ajustes. Contudo, as perspectivas aqui apontadas estão em sintonia com a realidade econômica e as aplicações de recursos estão compatíveis com o cenário traçado.

O cenário para 2015 está sumarizado no quadro abaixo:

DI BLASI CONSULTORIA FINANCEIRA LTDA
CNPJ 03.866.812/0001-02
CONSULTORIA DE INVESTIMENTOS HABILITADA PELA COMISSÃO DE
VALORES MOBILIÁRIOS - CVM
www.diblasiconsultoria.com.br



CENÁRIO 2015

EXPECTATIVA	ANTÍDOTO
INFLAÇÃO EM PATAMAR ELEVADO	IMA-B
TAXA DE JURO SELIC ALTA OU ESTÁVEL EM PATAMAR ELEVADO	SELIC/CDI e IRF-M 1
PIB BAIXO OU PEQUENA ELEVAÇÃO	VALOR e DIVIDENDOS

META ATUARIAL: 0,95% a 1% ao MÊS

A dosagem do nível de risco deve ocorrer com a parcela que será alocada nos fundos da família IMA-B (IMA-B; IMA-B 5 ou IMA-B 5+). A seguir, apresentamos 03 perfis diferentes de risco e as expectativas de retorno médio mensal (podem sofrer oscilações devido o conceito denominado “marcação a mercado” – critério de contabilização dos preços das quotas dos fundos de investimentos).

ALOCÇÃO DO CAPITAL – PERFIS - ESTIMATIVA

PERFIL DEFENSIVO	ALOCÇÃO DO PATRIMÔNIO	RETORNO MÊS
FUNDOS SELIC/CDI – artigo 7º, IV	30%	0,29%
FUNDOS IRF-M 1 – artigo 7º, I, b	50%	0,43%
FUNDOS IMA-B – artigo 7º, I, b	ATÉ 20%	0,22%

CARTEIRA 0,93%

PERFIL CONSERVADOR	ALOCÇÃO DO PATRIMÔNIO	RETORNO MÊS
FUNDOS SELIC/CDI – artigo 7º, IV	30%	0,29%
FUNDOS IRF-M 1 – artigo 7º, I, b	40%	0,34%
FUNDOS IMA-B – artigo 7º, I, b	ATÉ 30%	0,33%

CARTEIRA 0,96%

PERFIL MODERADO	ALOCÇÃO DO PATRIMÔNIO	RETORNO MÊS
FUNDOS SELIC/CDI – artigo 7º, IV	30%	0,29%
FUNDOS IRF-M 1 – artigo 7º, I, b	30%	0,26%
FUNDOS IMA-B – artigo 7º, I, b	ATÉ 40%	0,44%

CARTEIRA 0,98%

Por fim, apresentamos um cenário de **“stress” INDICATIVO**, com simulação dos piores resultados possíveis para os perfis acima apontados.



ALOCÇÃO DO CAPITAL – PIOR RESULTADO

PERFIL DEFENSIVO	ALOCÇÃO DO PATRIMÔNIO	RETORNO
FUNDOS SELIC/CDI – artigo 7º, IV	30%	0,29%
FUNDOS IRF-M 1 – artigo 7º, I, b	50%	0,43%
FUNDOS IMA-B – artigo 7º, I, b	ATÉ 20%	- 0,60%

CARTEIRA 0,11%

PERFIL CONSERVADOR	ALOCÇÃO DO PATRIMÔNIO	RETORNO MÊS
FUNDOS SELIC/CDI – artigo 7º, IV	30%	0,29%
FUNDOS IRF-M 1 – artigo 7º, I, b	40%	0,34%
FUNDOS IMA-B – artigo 7º, I, b	ATÉ 30%	- 0,90%

CARTEIRA - 0,28%

PERFIL MODERADO	ALOCÇÃO DO PATRIMÔNIO	RETORNO MÊS
FUNDOS SELIC/CDI – artigo 7º, IV	30%	0,29%
FUNDOS IRF-M 1 – artigo 7º, I, b	30%	0,26%
FUNDOS IMA-B – artigo 7º, I, b	ATÉ 40%	- 1,20%

CARTEIRA - 0,66%

Resumo dos Quadros:

1) Situação A: Se o RPPS escolher trabalhar com o perfil DEFENSIVO:

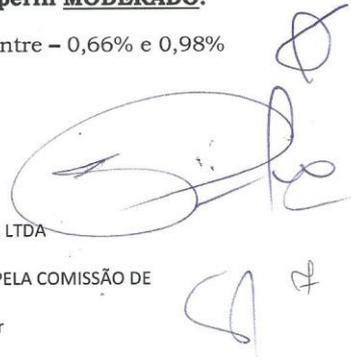
A carteira terá um retorno médio mensal ESTIMADO entre 0,11% e 0,93%

2) Situação B: Se o RPPS escolher trabalhar com o perfil CONSERVADOR:

A carteira terá um retorno médio mensal ESTIMADO entre - 0,28% e 0,96%

3) Situação C: Se o RPPS escolher trabalhar com o perfil MODERADO:

A carteira terá um retorno médio mensal ESTIMADO entre - 0,66% e 0,98%



Títulos públicos terão novos nomes a partir de fevereiro para facilitar entendimento

Beatriz Cutait
São Paulo

A partir de fevereiro de 2015, os títulos públicos terão um novo nome no Tesouro Direto, programa de venda desses papéis voltado a pessoas físicas por internet em parceria com a B3 e a Bovespa.

Conforme ofício divulgado pela bolsa, dentre os papéis prefixados, a atual Letra do Tesouro Nacional (LTN) vai ser chamada de "Tesouro Prefixado 20XX (LTN)", com "XX" equivalente ao ano de vencimento do título. A Nota do Tesouro Nacional - Série F (NTN-F) passa a ter o nome de "Tesouro Prefixado com Juros Semestrais 2025 (NTN-F)".

No grupo dos pós-fixados, a Letra Financeira do Tesouro (LFT) será intitulada "Tesouro Selic 2017 (LFT)". Já a Nota do Tesouro Nacional - Série B (NTN-B) terá o nome "Tesouro IPCA + com Juros Semestrais 20XX (NTN-B)" e a NTN-B Principal, "Tesouro IPCA + 20XX".

Por meio de um "amplo estudo", a Secretaria do Tesouro Nacional detectou a necessidade de facilitar o entendimento do investidor em relação ao tipo de aplicação que cada título representa em termos de taxas prefixadas e pós-fixadas, pagamento de juros semestrais e data de vencimento.

Conforme mostrou o Valor em reportagem publicada em agosto, o Tesouro fez, no ano passado, uma pesquisa com investidores e

Em busca da maior compreensão

Conheça as alterações de nomenclatura dos títulos públicos negociados no Tesouro Direto

Atuais	Novos	O que são
■ LTNs 01/Jan/2017-01/Jan/2018	Tesouro Prefixado 20XX (LTN)	Título prefixado, com rentabilidade definida no momento da compra. Investidor faz a aplicação e recebe o valor de face (valor investido somado à rentabilidade) no vencimento.
■ NTN-F 01/Jan/2025	Tesouro Prefixado com Juros Semestrais 2025 (NTN-F)	Título prefixado, com rentabilidade definida no momento da compra. Diferentemente da LTN, seu rendimento é recebido pelo investidor ao longo do investimento, por meio de cupons semestrais de juros, e na data de vencimento do título, quando do resgate do valor de face e pagamento do último cupom de juros.
■ LFT 07/Mar/2017	Tesouro Selic 2017 (LFT)	Título pós-fixado cuja rentabilidade segue a variação da taxa Selic. Sua remuneração é dada pela variação da Selic diária entre a data de liquidação da compra e o vencimento do título, acrescida, se houver, de ágio ou deságio no momento da compra.
■ NTN-Bs Principais 15/Mai/2019-15/Ago/2024-15/Mai/2035	Tesouro IPCA + 20XX (NTN-B Principal)	Título com rentabilidade vinculada à variação do IPCA, acrescida de juros definidos no momento da compra. O investidor faz a aplicação e resgata o valor de face na data de vencimento.
■ NTN-Bs 15/Ago/2020-15/Mai/2035-15/Ago/2050	Tesouro IPCA + com Juros Semestrais 20XX (NTN-B)	Título com rentabilidade vinculada à variação do IPCA, mais juros definidos no momento da compra. Seu rendimento é recebido ao longo do investimento, por meio de cupons semestrais de juros, e na data de vencimento do título, quando do resgate do valor de face e pagamento do último cupom de juros.

Fonte: Tesouro Nacional

formadores de opinião, e uma das reclamações constantes era em relação à dificuldade de associar o nome às características do papel. Na ocasião, além de mencionar mudanças de nomenclatura, o Tesouro revelou que estudava aumentar os incentivos oferecidos às instituições financeiras, com o objetivo de aumentar a base de investidores do programa — que era de 441.022 pessoas físicas ao fim de outubro.

O desafio hoje é fazer com que bancos e corretoras promovam o investimento em papéis do governo e aumentem as informações disponíveis sobre os títulos.

Na época, o gerente de relacionamento com o investidor do Tesouro, Andre Proite, afirmou que o governo quer que, cada vez mais, o Tesouro Direto passe a ser um investimento que conste na carteira dos bancos, o que demanda que o produto seja mais vantajoso para a instituição. "Hoje, os gerentes oferecem produtos mais rentáveis [para o banco], mas estrategicamente eles não deixam o Tesouro Direto de fora porque o cliente chega pedindo e ele não quer expulsá-lo para uma corretora", disse, em agosto.

Conforme os dados mais recentes do Tesouro Direto, o volu-

me vendido no programa em outubro correspondeu a R\$ 383 milhões, uma alta de 62,4% em relação ao mesmo período de 2013. O estoque de títulos comercializados alcançou R\$ 14,55 bilhões, total 35,7% superior ao de outubro do ano passado. Os papéis remunerados por índices de preços respondiam pelo maior volume no estoque, de 64%, seguidos pelos prefixados, com participação de 24,1%, e pelos títulos indexados à taxa Selic, com fatia de 11,9%.

O Tesouro Direto também passará a contar com uma nova logo a partir de fevereiro.

